

## DESPACHO

São Roque, 21 de outubro de 2022.

### Resposta à quesitos

(Requerimento nº 212/2022 )

#### Ao Gabinete do Prefeito,

São estas as considerações sobre os itens solicitados em face do Requerimento supra:

(...)

3. Reza a Constituição da República de 1988 de forma sistemática que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas (artigo 23, I).

Quando falamos em entes federativos, tal incumbência se direciona aos agentes públicos que externam a atividade estatal. O artigo 84, XXVII aduz que compete privativamente ao Presidente da República (e por simetria aos Governadores e Prefeitos) exercer outras atribuições previstas na Constituição.

Destarte, é possível extrair do texto constitucional norma que possibilita ao Chefe do Executivo negar aplicação à lei que considere inconstitucional.

O Supremo Tribunal Federal já admitiu o exercício da prerrogativa pelo chefe do Poder Executivo o poder tão-só determinar aos seus órgãos subordinados que deixem de aplicar administrativamente as leis ou atos com força de lei que considerem inconstitucionais. Também o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no mesmo sentido afirmando que a negativa de ato normativo pelo Chefe do

Executivo reflete um poder-dever. Parcela da doutrina endossa tal posicionamento: Elival da Silva Ramos, Hely Lopes Meirelles, Luís Roberto Barroso e J.J. Gomes Canotilho. Gustavo Binenbojm, em obra que teve origem na sua dissertação de Mestrado afirma que o Poder Executivo não está autorizado e, muito menos, obrigado a “lavar as mãos” diante de um ato normativo que se lhe afigure inconstitucional, compactuando com a violação da Lei Maior.

Finalmente, no caso de sanção tácita, como é o caso da lei em questão, o Poder Executivo não realizou manifestação expressa sobre tal, e, sendo a inconstitucionalidade uma questão de ordem pública que é essencial para a coerência e integridade do ordenamento, não há óbice para o exercício de tal poder-dever nessa hipótese. Dito tudo isso, informo que está na Procuradoria do Município o pedido de promoção de Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei.

São estas as considerações acerca dos itens a mim destinados.